

QUE VALORES PARA 2013?

Retorno ao futuro

Portugal, a Europa e o mundo precisam de uma “viragem radical” da governação e do modo de vida, defende Isabel Allegro de Magalhães. E o que a desencadeará? “Uma inteligência sensível do sofrimento dos outros”. Penúltimo texto da série especial sobre os valores da sociedade portuguesa e europeia para 2013



Ensaio (12)
Isabel Allegro de Magalhães

Regarding the Pain of Others
Susan Sontag

1. *Se não respondo por mim, quem responderá por mim? Mas se só respondo por mim, serei ainda eu?*

A sabedoria desta dupla interrogação do Talmude da Babilónia, desde longa data e neste tempo em particular, coloca os seres humanos perante uma proposta ética fundamental. Cada pessoa é chamada a responder por si, sem que ninguém possa substituir-se-lhe na sua intransmissível e inadiável resposta. Mas essa resposta não pode ser dada só por si: implica responsabilidade pelo outro. O descuido, a distração, a indiferença para com os outros chegam a fazer vacilar a identidade própria: *se só respondo por mim, serei ainda eu?*

Teilhard de Chardin, cientista e jesuíta dos anos 1950-60, descreveu os humanos como emergindo de uma camada humana à volta da Terra, a *noosfera*, a partir da qual toda individuação se faz. Com isso identifica a responsabilidade como

princípio fundador do humano. A pessoa humana, ao ser ontologicamente entendida como um “eu-com-outros-no-mundo” (Merleau-Ponty), requer que a responsabilidade por si se articule com a do próximo. Ou de outro modo: o rosto do outro está sempre diante de mim e exige de mim resposta (Lévinas). E esse outro acima de tudo terá de ser o do mais frágil; e não só de quem está fisicamente chegado, mas também de habitantes do mundo global, agora tornados próximos, já que tudo tem consequências, perto e longe. Além dos rostos nossos contemporâneos, há também os dos futuros habitantes do Planeta, estendendo-se a nossa resposta à vida da própria Terra e aos seres que nela vivem, como responsabilidade impreterível de cada geração.

Ao mesmo tempo, até numa Europa tão secularizada, o sentido maior dessa resposta abre uma interrogação de outra ordem que (quase inevitavelmente) surgirá no percurso de cada um, e que Bernardo Soares regista assim: *Deus é o nós existirmos e isso não ser tudo*: é essa a pergunta que nos transcende e chama, conferindo à Humanidade um destino último.

Ora o património cultural e ético da Europa tem entre as suas raízes matriciais, além da greco-latina e a árabe, a do judeo-cristianismo. A partir deste, a Europa passou a afir-

mar como princípio o valor da pessoa individual e o da humanidade como fraternidade plural e universal. Desde aí radica o imperativo da responsabilidade face ao outro e ao destino da História. Num contexto secular como o da Revolução Francesa, o seu lema reafirma poderosamente valores como a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Só que ao longo dos séculos o valor mais cultivado na Europa foi o da liberdade (mas sempre só a de alguns), exaltada à *outrance* quando sem articulação com a igualdade e a fraternidade – o que tem sido desastroso para o destino colectivo. Actualmente, o elevado paradigma ético e cultural da Europa está em queda, quer no modelo neoliberal de desenvolvimento quer nos estilos de vida consumistas e de desperdício, que desprezam as necessidades básicas da maioria e abrem as oportunidades só para alguns. O que não parece credível é que, apesar de esvaziada dos seus melhores conteúdos culturais e éticos, a Europa mantenha a convicção de que é ela que arde para que o mundo seja iluminado.

2. Ao abrir de 2013, do cenário europeu e do mundo ergue-se um grito não ouvido: o do sofrimento desmedido da maioria das populações, homens e mulheres, cidadãos nacionais e imigrantes – adultos, idosos, jovens, crianças. As escas-



YANNIS BEHRAKIS/REUTERS



sas condições de vida, a retirada de direitos adquiridos e a ausência de um rumo político credível, não permitem confiança no futuro.

Em Portugal, o ano irá intensificar mais ainda a austeridade e com ela a descida da qualidade de vida da maioria: aumentos de impostos (os reformados mais tributados que os activos); acréscimos pesados nos custos de vida (alimentação, saúde, educação, alojamento, etc.); maior exploração dos trabalhadores, sobretudo dos imigrantes; maior número de falências e de desempregados; reduções nos subsídios (de desemprego, doença); cortes nos salários e nas pensões (estas, fruto dos descontos feitos ao longo da vida para o Estado). E, apesar de o défice externo ter diminuído, por decisões nada consensuais do governo, e de os juros terem baixado (pelo que as primeiras avaliações da *troika* foram positivas), a inexplicável falta de previsão quanto à vida social e económica da sociedade (falências, aumento do desemprego e de subsídios, violenta baixa no consumo), além de ter comprometido a folha das contas públicas do ministro, deixou o país devastado.

O que surpreende e revolta é a naturalidade tranquila com que a governação em Portugal – como noutros países, devedores e credores – vê o alarmante empobrecimento dos cidadãos e a emigração forçada de tantos jovens, sem dar ouvidos a vozes e razões. Sem aviso, instalou uma democracia inactiva que só a indignação das grandes manifestações de rua pôs em causa, forçando os governantes a dar conta ao vivo do descalabro. Acima de tudo preocupados com o défice, parece não terem avaliado se o método e o ritmo do chamado “ajustamento” que se propõem iriam ou não destruir a vida do país, com o extermínio da capacidade produtiva e a paralisação da vida de quem trabalha.

O objectivo de travar a despesa, deixando a questão do desenvolvimento para um “depois”, fez aumentar o abismo entre estes dois mundos do mesmo Mundo – empobrecidos e favorecidos – na gélida indiferença de uma lei da selva, tornada norma humana aceite como inevitável. Nesse quadro, não deixa de ser estranho que os mais favorecidos, colectivos e particulares – os *happy few* (possivelmente nem assim tão “happy”) – cá, em França, nos EUA, e possivelmente em toda a parte – tenham a possibilidade de rejeitar aumentos substanciais nos seus impostos, para ajuda-

Só uma inteligência sensível do sofrimento dos outros poderá desencadear a viragem radical que é preciso, em Portugal, na Europa e no mundo, na governação e no modo como vivemos: na disponibilidade para um estilo mais frugal, mais partilhado, de maior cuidado com os outros

rem (de acordo com o que podem) a saldar o défice, quando até agora as classes médias, sem voz e sem responsabilidade pelos erros nas contas públicas, são quem mais suportou os encargos. Salvo raras excepções, também os *media* contribuíram para a naturalização sem perguntas dessa existência dos dois mundos. Para pagar menos, houve mesmo quem fugisse ao fisco mudando de residência fiscal e de nacionalidade (o caso de Depardieu). Direitos adquiridos? E então os direitos de tantos outros cidadãos, não terão sido adquiridos com mais dificuldade ainda, ao longo do trabalho de toda a vida?

Há nisto tudo uma ausência de responsabilidade social, uma incapacidade de *sensualização* da dor alheia, uma falta de alma, afinal.

Portugal (como outros países e em particular a governação europeia) manifesta um total alheamento do sentido da justiça e do respeito pela qualidade de vida das pessoas e das sociedades, num desnorte cultural e político só norteador pelas questões financeiras e pelos mercados, eles próprios desregulados. O que aconteceu na Islândia, país de poucos habitantes, é certo, a maioria porém com um alto nível de cultura e de educação formal, mostra como foi essa preparação do povo o que permitiu um qualificado exercício de cidadania para, apenas em quatro anos, ter conseguido mudar o país: afastou os

responsáveis financeiros, mudou as regras de funcionamento, e a partir da bancarrota está já a crescer mais de 4% ao ano. Apesar de exemplar, o milagre islandês, no resto da Europa, raramente é apresentado e comentado pelos *media* (e muito menos pelos governos, é claro). (Será preciso perguntar porquê?)

Em toda a parte falta uma visão política que coloque no centro das políticas as necessidades básicas dos excluídos, revolucionando com isso o presente paradigma de desenvolvimento (Maria de Lourdes Pintasilgo) e assumindo o imperativo ético do destino universal dos bens, transformando assim a globalização num acréscimo de solidariedade (Boaventura Sousa Santos). Só desse modo poderá reduzir-se o actual fosso – alarmante e imoral – entre a miséria da maioria (assustada) e o supérfluo das minorias (indiferentes).

Em períodos de catástrofe, é verdade que são precisas expressões concretas de compaixão e generosidade para com os que estão em necessidade. Na sociedade portuguesa, vemo-lo em grande escala por iniciativa de instituições da Igreja católica sobretudo, como de outras religiões e de alguma sociedade civil organizada. Trata-se de acções assistenciais de emergência, socorros imediatos sem dúvida de grande utilidade. Mas o que tais gestos também põem a nu é o descuido e a indignidade de um governo que consente na vergonha de tantas pessoas, dos mais variados grupos sociais, colocadas em situações de humilhação e aviltamento: sem salário, sem subsídio, sem alimento, por vezes sem casa, sem nada.

A questão de fundo é de facto outra: a do direito à justiça, à vida em dignidade, a oportunidades iguais, à fruição dos bens da Terra, numa cidadania partilhada.

3. Em 2013 será pois indispensável um mais intenso e eficaz exercício da cidadania europeia. Antes de mais, a lembrar – pacífica mas ruidosamente – à União os seus objectivos primeiros, de que há muito se perdeu: uma Europa das culturas, dos ideais, dos cidadãos, e não apenas uma união monetária – até esta hoje tão fragilizada e em questão.

É necessária uma cidadania indignada, que não dê descanso a parlamentos e a governos, pela força de homens e mulheres a levantarem vozes e propostas para outros rumos e estratégias de futuro, nos países e na própria governação da UE.

Uma cidadania que aposte numa visão política não-colonizadora dos mais fracos, seja de que maneira for.

Uma cidadania que prepare desde já a emergência de novos líderes políticos com capacidade e visão para governarem com atenção e cuidado por todos.

Uma cidadania que reivindique internacionalmente a regulação financeira e dos mercados; que insista na criação de impostos mais progressivos e em mais escalões; que exija cortes em gastos ainda protegidos (em gabinetes ministeriais, consultores, regalias especiais, carros oficiais).

Uma cidadania que reclame maior investimento na cultura e na educação, para que cidadãos e seus governos aprofundem o conhecimento e as competências; afinem a sensibilidade e expandam a criatividade; descubram o gosto pela alteridade; apurem o pensamento rigoroso e crítico, criador e bondoso, capaz de compreender fenómenos novos e complexos e de procurar decisões com sabedoria para o devir das sociedades.

Uma cidadania que proponha uma economia de resposta às necessidades sociais reais, em vez de criar necessidades artificiais.

Uma cidadania que solicite também às igrejas maioritárias em cada país a escuta das diferentes religiões em presença, para do diálogo inter-religioso surgirem padrões de elevação ética, unanimemente reconhecíveis por governos e cidadãos (Hans Küng).

Só uma inteligência sensível do sofrimento dos outros poderá desencadear a viragem radical que é preciso, em Portugal, na Europa e no mundo, na governação e no modo como vivemos: na disponibilidade para um estilo mais frugal, mais partilhado, de maior cuidado com os outros, de mais respeito e apreço pela alteridade, mais aberto à beleza.

E então, respeitada a dignidade e qualidade de vida para todos será possível a alegria.

*Professora catedrática da Universidade Nova de Lisboa

Amanhã e último, Eduardo Lourenço

Esta série tem o apoio de:

Millennium
bcp